

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico para o Serviço de Gestão Financeira e Orçamento do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa - Aviso (extrato) n.º 4587/2026/2, de 03.03 / OE202603/0140

Método de Seleção - Prova de Conhecimentos

A presente prova de conhecimentos é constituída por três grupos:

- Grupo I – Conhecimentos Gerais e Específicos – Escolha Múltipla;
- Grupo II – Conhecimentos Específicos – Questões de Desenvolvimento;
- Grupo III – Conhecimentos Gerais – Questão de Desenvolvimento.

O método de seleção é realizado com recurso à consulta da legislação indicada pelo Júri no Aviso Integral do procedimento concursal, publicado na Bolsa de Emprego Público, com o código OE202603/0140.

As fotocópias dos Diários da República que os candidatos podem consultar **não podem conter quaisquer anotações**. Os membros do júri presentes nas salas irão, no decorrer da prova, verificar a legislação trazida pelos candidatos. A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua posse a legislação anotada.

Serão facultadas aos candidatos folhas para resolução da prova.

Em cima da mesa, o candidato apenas poderá ter o enunciado da prova, a caneta, a legislação e o BI/CC.

Grupo I – Conhecimentos Gerais e Específicos Questões de escolha múltipla

(Das dezoito questões seguintes serão sorteadas apenas seis)

Cada questão é valorada em dois valores

Questão 1

Os serviços e organismos da Administração Central só poderão dispor de autonomia administrativa e financeira desde que este regime se justifique para a sua gestão e, cumulativamente:

- As suas receitas próprias atinjam um mínimo de três terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento das Comunidades Europeias.
- As suas receitas próprias atinjam um mínimo de um terço das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento das Comunidades Europeias.
- As suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento das Comunidades Europeias.
- As suas receitas próprias atinjam um mínimo de metade das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento das Comunidades Europeias.

Questão 2

O ISEL, enquanto Instituição de Ensino Superior, recebe propinas dos seus estudantes. Como classifica esta receita?

- Corrente
- Não corrente
- Capital
- Nenhuma das anteriores

Questão 3

O código de classificação económica das receitas públicas (DL 26/2002) procede à sua especificação por:

- Agrupamentos, Capítulos e Grupos
- Capítulos, Grupos e Artigos
- Grupos, Capítulos e Rubricas
- Capítulos, Grupos e Rubricas

Questão 4

O código de classificação económica das despesas públicas (DL 26/2002) procede à sua especificação por:

- Agrupamentos e Subagrupamentos
- Grupos e Rubricas
- Agrupamentos, Subagrupamentos e Rubricas
- Grupos, Agrupamentos e Rubricas

Questão 5

Das respostas abaixo, qual a condição que atribui nulidade a um compromisso?

- Quando existe registo do compromisso em sistema informático contabilístico
- Quando não se verifica irregularidade financeira da despesa
- Quando se verifica inconformidade legal da despesa

Questão 6

Em função da natureza das suas atividades, podem os órgãos ou serviços adotar uma ou, simultaneamente, mais do que uma modalidade de horário de trabalho. Qual a opção com todas as modalidades de horário de trabalho existentes conforme descrito na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas?

- Horário flexível; Horário rígido; Jornada contínua.
- Horário flexível; Horário rígido; Horário desfasado; Trabalho por turnos.
- Horário flexível; Horário rígido; Horário desfasado; Jornada contínua; Meia jornada e Trabalho por turnos.

Questão 7

Qual o prazo determinado pela LCPA acima do qual se considera um pagamento em situação de atraso?

- Mais de 30 dias posteriores à data de emissão da fatura, contrato ou documento equivalente.
- Mais de 60 dias posteriores à data de emissão da fatura, contrato ou documento equivalente.
- Mais de 90 dias posteriores à data de vencimento da fatura, contrato ou documento equivalente.
- Mais de 120 dias posteriores à data de vencimento da fatura, contrato ou documento equivalente.

Questão 8

O que sucede a um trabalhador que não conclua o seu período experimental com sucesso?

- Tem direito a uma indemnização ou compensação.
- Tratando-se de um período experimental de função, o trabalhador regressa à situação jurídico-funcional que detinha anteriormente.
- Tratando-se de um período experimental de vínculo, o trabalhador regressa à situação jurídico-funcional que detinha anteriormente
- Tem direito a ocupar outro posto de trabalho disponível, desde que autorizado pelo dirigente máximo do serviço.

Questão 9

A Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro - Regime jurídico das instituições de ensino superior, aplica-se a todos os:

- Estabelecimentos de ensino superior.
- Estabelecimentos de ensino ressalvando o disposto nos artigos 179.º e 180.º
- Estabelecimentos de ensino superior ressalvando o disposto nos artigos 179.º e 180.º

Questão 10

O SNC-AP, no seu art.º 17.º não revoga qual dos seguintes diplomas?

- POCP
- LCPA
- CIBE
- Nenhum dos anteriores

Questão 11

De acordo com os Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa, a opção que melhor define a sua natureza jurídica é:

- Uma instituição de ensino superior público e privada, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial.
- Uma instituição de ensino superior público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, artística, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial.
- Uma instituição de ensino superior público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial.

Questão 12

Pode um trabalhador acumular funções públicas com funções privadas?

- Não, independentemente da atividade a desenvolver nas funções privadas.
- Sim, desde que obtenha autorização do superior hierárquico imediato.
- Sim, desde que as funções privadas não sejam remuneradas.
- Nenhuma das anteriores.

Questão 13

Qual dos seguintes requisitos não se aplica a um Serviço e Fundo Autónomo do Estado?

- Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas, mesmo se submetidos ao regime de qualquer destas por outro diploma.
- Tenham autonomia administrativa e financeira.
- Disponham de receitas próprias para cobertura das suas despesas, nos termos da lei.
- Não disporem de autonomia administrativa e financeira.

Questão 14

As faltas podem ser justificadas ou injustificadas. São consideradas faltas justificadas:

- As dadas por conta do período de férias.
- A motivada pela prestação de assistência inadiável e imprescindível a cônjuge, filho, neto ou a outro membro do agregado familiar do trabalhador.
- As motivadas por deslocação a estabelecimento de ensino de menor para tomar conhecimento da sua situação educativa, pelo tempo estritamente necessário, até quatro horas, por trimestre, por cada menor.
- Todas as anteriores.

Questão 15

Constituem Receitas Próprias de um organismo com a natureza de Serviço e Fundo Autónomo, as receitas provenientes de:

- Transferências do Orçamento de Estado
- Venda de bens e prestação de serviços
- Transferência de verba de um Serviço e Fundo Autónomo
- Transferência de verba de Fundos Europeus

Questão 16

Qual das seguintes fases não corresponde a uma fase de Despesa Pública?

- Cabimento
- Recebimento
- Compromisso
- Pagamento

Questão 17

Quais são os órgãos de governo do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa?

- O Conselho de Representantes; O Presidente do ISEL; O Conselho de Gestão; O Conselho Permanente; O Conselho Técnico-Científico; O Conselho Pedagógico.
- O Conselho de Representantes; O Presidente do ISEL; O Conselho Administrativo; O Conselho Permanente; O Conselho Técnico-Científico; O Conselho Pedagógico.
- O Conselho de Representantes; O Presidente do ISEL; O Conselho de Gestão Financeira; O Conselho Permanente; O Conselho Técnico-Científico; O Conselho Pedagógico.

Questão 18

Na contagem de prazos legalmente fixados, que sejam superiores a seis meses, contam-se:

- Os sábados, domingos e feriados.
- Os sábados e domingos.
- Só os dias úteis.
- Nenhuma das opções anteriores.

Grupo II - Conhecimentos Específicos Questões de desenvolvimento

(Das três questões seguintes será sorteada apenas uma)

A questão é valorada em quatro valores

Questão 1

Num processo de despesa pública o que é entendido como “conformidade legal” e “regularidade financeira”? Justifique a sua resposta com base na legislação em vigor.

Questão 2

Pode ocorrer aumento de pagamentos em atraso, no decurso da execução orçamental de um organismo da Administração Pública, ao abrigo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso? Fundamente a sua resposta.

Questão 3

A autorização de despesas públicas deve obedecer a certos requisitos. Enuncie-os, descreva-os e justifique com base na legislação, em vigor, a sua resposta.

Grupo III - Conhecimentos Gerais Questões de desenvolvimento

(Das três questões seguintes será sorteada apenas uma)

A questão é valorada em quatro valores

Questão 1

Com base no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior indique, sucintamente, aspetos comuns e divergentes entre o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário, justificando na lei a sua resposta.

Questão 2

Com base no Código do Procedimento Administrativo, o que distingue um procedimento administrativo de um processo administrativo? Justifique a sua resposta nos termos da legislação em vigor.

Questão 3

Nos termos da lei, distinga mobilidade de cedência de interesse público.